



João Goulart e o golpe de 1964 na imprensa, da transição aos dias atuais: uma análise das relações entre mídia, política e memória *

Flávia Biroli¹

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre as representações do golpe de 1964 e da ditadura militar recente, na imprensa brasileira, nas últimas décadas. O material coletado e analisado consiste em textos publicados em alguns dos principais jornais e revistas do país (jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*; revistas *Isto é*, *Época*, *Veja* e *Carta Capital*), nos aniversários de 20, 30 e 40 anos do golpe; no momento da transferência do poder aos civis, em 1985; e no noticiário relacionado à publicação, pelo *Correio Braziliense*, no segundo semestre de 2004, de fotos que seriam de Wladimir Herzog antes de ser assassinado em uma cela do Doi-Codi, em São Paulo².

A pesquisa se volta para as relações complexas entre mídia, política, memória e história. No caso, especificamente para o modo como a imprensa brasileira participa da construção ou fortalecimento de representações que constituem, ao mesmo tempo, memórias sobre o *passado recente* e referenciais para a percepção e o julgamento do *presente* em que os textos jornalísticos analisados foram produzidos. Estão em questão os discursos e práticas de jornais e revistas brasileiros como parte da construção de um imaginário político em que as noções de ditadura e democracia têm um papel central.

1964, como se sabe, é um dos marcos relevantes na história recente do país. Na literatura acadêmica, aparece como ruptura ou momento de inflexão em análises que procuram, ao mesmo

* Trabalho apresentado na Sessão Coordenada História da Comunicação/Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

¹ Professora Adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Doutora em História pela Unicamp. E-mail: fbiroli@terra.com.br

² A coleta e mapeamento do material foi realizada pelas alunas do Pibic-CNPq/UnB Anali Cristino Figueiredo, Débora Fontoura Rodrigues, Michelle Fernandez e Samantha Albano Amorim e pela aluna Manoela Hartz entre agosto de 2005 e julho de 2006. A organização e sistematização preliminares do material trabalhado especificamente para este artigo foi feita pelo aluno do Pibic-CNPq/UnB Marcelo Facchina.

tempo, atribuir sentido ao fato e à crise que o engendrou³. Trata-se de um evento significativo em um imaginário político que é constituído historicamente e que integra as significações sociais que dão sentido ao presente e àquilo que “somos”.

No livro *Instituição imaginária da sociedade*, Cornelius Castoriadis define as significações sociais não como algo que se constitui em relação a objetos e indivíduos a elas exteriores, mas como “as condições do representável e do factível” (p. 412), como “posição primeira, inaugural, irreduzível do social-histórico e do imaginário social tal como se manifesta cada vez numa sociedade dada”, que define, em cada sociedade, “o que é e o que não é, vale ou não vale, o que pode ser ou valer”, dando unidade “à multidão indefinida e essencialmente *aberta* de indivíduos, de atos, de objetos, de funções, de instituições” (p.413). Essas significações seriam, elas mesmas, temporalidade, no sentido de que não se poderia ter, de um lado, um conjunto de sentidos e, de outro, o tempo lógico-calendário em que esses sentidos se materializariam como história. Para o autor, o social-histórico é um modo de instituição da temporalidade. Assim, a análise de uma sociedade seria inseparável da descrição de sua temporalidade, de sua instituição como uma temporalidade própria (p. 243).

Não consideramos que 1964 seja um evento que, por si só, funda uma temporalidade. Consideramos, no entanto, que é um evento-chave na construção de sentidos para as últimas décadas e para a atualidade política, participando da composição da temporalidade que orienta o fazer e o representar social e político.

Na pesquisa, a mídia é abordada ao menos de duas maneiras em relação a essa problemática: a) como instituição central aos processos de significação nas sociedades contemporâneas e, portanto, dentro da proposta de Castoriadis, como instituição (no sentido corrente) que é central aos movimentos de afirmação-alteração da instituição da sociedade (no sentido que lhe atribui o autor), e b) como ator na crise que engendra o golpe de 1964, na ditadura e no processo de democratização,

³ Para um mapeamento das perspectivas predominantes nas ciências sociais e na história sobre o golpe e a ditadura recente, cf. Fico (2004a e 2004b) e Delgado (2004).

de forma não-homogênea e não-determinada.

O material selecionado para a pesquisa, assim como a problemática destacada, permite uma série de análises, enfocando diferentes questões. Neste trabalho, optamos por discutir especificamente uma dessas questões: a da construção da imagem do ex-presidente João Goulart. Para tanto, analisamos 59 textos, entre os 1314 que compõem o total do material. Todos eles têm como temática principal a discussão sobre o perfil (pessoal e político) e a atuação de Goulart.

Nos textos, a imagem pública de Jango se constrói associada a discursos que definem causas para o golpe de 1964, associam valores e julgamentos a atores e fatos políticos e permitem observar variações no tratamento das noções de autoritarismo e democracia, das relações entre a ditadura militar recente e o regime democrático constituído no país a partir da década de 80.

A análise dos elementos que compõem a imagem de Goulart nos jornais e revistas permite, assim, expor aspectos centrais à pesquisa e, do ponto de vista teórico, avançar nas discussões sobre a relação entre mídia, política e construção da memória no Brasil.

Memória, imprensa e construção da imagem pública

Uma observação geral das personagens da história contemporânea do Brasil, presentes na mídia nos dias atuais, permite indicar que Jango não foi “vencedor” em 1964 e, de maneira assim genérica, também não é um “vencedor” nas teias das memórias constituídas. Enquanto Vargas e Juscelino são referências constantes, positivamente constituídas a partir de valores hegemônicos na atualidade – com destaque para as campanhas políticas, propagandas de partidos e mini-séries globais, com uma forte associação entre suas imagens públicas e noções vagas de desenvolvimento e modernidade –, a referência a Jango está praticamente restrita a um material diretamente ligado ao golpe de 1964, como o que constitui o objeto de análise desta pesquisa.

Sua imagem, no entanto, como se verá adiante, constrói-se na imprensa como parte

das transformações que ocorrem nas representações difundidas do golpe 1964, ainda no período final da ditadura. O relaxamento da censura de Estado à imprensa e as mudanças sociais em curso, com um fortalecimento dos movimentos sociais de oposição, das demandas pela democratização e de sua visibilidade, são alguns dos aspectos a serem considerados quando se constata que, desde 1984, predominam imagens “positivas” de Jango. Um dos principais fios que tecem essas imagens é justamente uma avaliação crescentemente negativa do golpe e da própria ditadura (ainda que bastante abstrata, isto é, pouco vinculada ao presente, aos contornos da transição em curso e aos atores políticos centrais a ela⁴).

As identidades construídas e assumidas historicamente são um dos aspectos relevantes de um imaginário social que se faz, como observa Castoriadis, de figurações do tempo, dos objetos e dos sujeitos – historicamente significados e, como tal, presentificados.

No caso de que tratamos, interessa verificar não a veracidade ou falsidade das imagens associadas a Goulart no material analisado, mas os elementos que compõem essa figuração, constitutivos de memórias sobre o passado recente e de discursos que participam da construção dos sentidos presentes de noções como as de ditadura e democracia.

Como afirmam várias perspectivas acerca das relações entre tempo, memória e poder, “é no presente que reside o princípio da sobrevivência seletiva do passado” (Bourdieu, 2001, p. 260). A mídia é um ator central nessa dinâmica de seleção de aspectos da realidade, que envolve o que antes nomeamos *presentificação*. Nas palavras de Pierre Bourdieu, “o fato de se interessar, de constituir alguma realidade como centro de interesse, equivale a colocar em movimento o processo de “presentificação-despresentificação”

⁴ A esse respeito, cf. a discussão feita em Biroli (2006).

“atualização-inatualização”, “interesse-desinteresse” (p.253-4).

A construção da realidade tem como um de seus aspectos a “doação” de um passado à realidade presente. Assim, nessa compreensão, o presente figurado não é a seqüência automática ou direta de um passado dado: constituem-se, em uma mesma dinâmica de significação, figurações do presente e do passado, possibilidades narrativas “lógicas” sobre a relação entre o tempo que se foi e o tempo que se apresenta como a realidade vivenciada, no presente, pelos sujeitos.

Relações de significação, relações de poder, construção da imagem. A mídia é certamente um dos campos em que se materializam discursos que constituem julgamentos, associam valores e, desse modo, compõem as imagens por meio das quais nos relacionamos com fatos e personagens históricas, por meio das quais nos pensamos como parte de *uma história*.

O jornalismo pode, assim, ser pensado como construtor de memória? Sim, desde que se pense essa construção como algo diferente de um recordar (uma retomada do ocorrido ou do já significado no interior de limites de significação estabelecidos), como algo diferente, também, de uma “criação” ou originação de fluxos de memória. Pode-se pensar o jornalismo, segundo nossa hipótese, como um dispositivo (central às sociedades contemporâneas) de produção de discursos que constituem imagens na medida em que configuram relações entre passado e presente e figuram o próprio tempo, em uma dinâmica de *reorganização de discursos prévios*.

Ao tratar de imagens públicas, como diz Wilson Gomes (2004, p. 258), “não lidamos propriamente com pessoas, mas com *personae* ou máscaras teatrais, não lidamos com a formação de uma idéia sobre alguém originada pelos anos de convivência, mas com o processo psicológico e social de caracterização”. Quando tratamos, como no presente caso,

de uma personagem histórica como Goulart podemos pensar que o jornalismo funciona justamente como um dispositivo de presentificação e de construção de memórias. Nesse caso, talvez mais acentuadamente do que em outros, o “processo psicológico e social de caracterização” tem uma dimensão temporal relevante. Como isso não nos referimos à distância no sentido cronológico, mas às formas de fazer presentes **discursos que compõem *personae* ao mesmo tempo que compõem significados para o próprio tempo e as relações de poder que lhe dão materialidade.**

A construção da memória, no que se refere à construção da imagem pública de políticos como João Goulart, tem, assim, a mídia como um de seus dispositivos centrais. “A imagem pública nos chega – como diz Gomes – como nos chega o mundo: mediado pelo sistema institucional e expressivo da comunicação, instrumento predominante onde e por onde se realiza a visibilidade social” (*op. cit.*, p. 264). O mesmo se pode dizer em relação ao tempo, com a diferença de que trocaríamos o verbo “chegar” pelo verbo “existir”. A temporalidade existe mediada ou, como preferimos, *figurada* pelo imaginário. A tessitura de memórias é um de seus aspectos relevantes.

Para essa discussão, é preciso levar em conta alguns aspectos: as rotinas jornalísticas, os interesses da mídia, mas também os processos de “recepção” e, assim os caracterizaríamos, o conjunto de discursos já-ditos que constituem, historicamente, as imagens públicas de determinadas personagens do mundo político.

Os aspectos citados são parte da nossa discussão, mas não serão analisados devidamente nos limites deste *paper*, ainda que façam parte das próprias concepções que orientam todo o processo de pesquisa. Destacamos brevemente um desses pontos, apenas, pela sua importância teórica para a discussão sobre mídia, política e memória. Trata-se dos discursos “já-ditos” e de sua relação com os discursos “presentes”.

Para essa discussão, recorreremos ao conceito de comentário em Michel Foucault: o comentário é, no sentido trabalhado pelo autor em *A ordem do discurso*, um dos procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos em nossas sociedades, produtores de *restrições* ao que se diz, mas também de enunciados que *devem* ser ditos e repetidos em certas circunstâncias. Esses procedimentos teriam como efeito a rarefação dos discursos (das possibilidades do dizer), mas também formas de positivação que produziriam *o verdadeiro, o sensato*, e, de modo mais geral, o que é *dizível* em circunstâncias específicas. As possibilidades de dizer seriam indefinidas, *desde que se diga aquilo que já havia sido dito*. O paradoxo maior do comentário seria permitir que se diga algo além dos textos já-ditos e estabelecidos, “mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”, restringindo o novo, não ao que é dito, mas ao “acontecimento de sua volta” (Foucault, 1996, p.25).

O acontecimento discursivo é, nesse sentido, uma retomada de discursos anteriores. Para voltar ao tema aqui tratado, a imprensa constrói memória na medida em que é *locus* e dispositivo de produção de discursos que se materializam no presente – acontecem, no sentido atribuído por Michel Foucault –, mas tão somente na medida em que retomam discursos já-ditos. A construção da memória pode, então, ser pensada como a disposição e materialização de séries discursivas, que *acontecem* como um conjunto articulado de sentidos no presente.

Analisar a construção da imagem de Jango implica em observar como, em diferentes momentos, a imprensa constrói essa imagem na medida em que retoma discursos específicos, articulando-os e dispondo-os como conjuntos de sentidos que figuram “logicamente”, no presente, um ou mais Jangos.

Dupla relação com o tempo (tempo de produção da imagem no presente, e também

tempos plurais de produção dos vários discursos que são retomados para que essa imagem seja disposta como nova, para que aconteça no presente). Dupla relação com a imprensa, remetendo a sua atuação histórica como produtora e legitimadora de discursos (pode-se pensar na imprensa como ator importante na construção de imagens de Goulart no início da década de 60 e no momento imediatamente posterior ao golpe de 1964, intervindo desta e de outras formas no processo político e na crise em curso, e também na imprensa como dispositivo de construção de memórias sobre fatos e personagens históricas, de figuração do tempo no sentido antes discutido).

Jango: aspectos biográficos

Algumas observações iniciais, muito breves, sobre a biografia política de Goulart são importantes para situar as caracterizações presentes nos discursos, na imprensa, nos períodos analisados.

Vale destacar alguns aspectos dessa biografia: a ligação com Vargas e com o Vargasismo; o tipo de inserção de Jango no PTB e sua relação com os sindicatos, dentro de uma problemática específica do modelo de sindicalismo de Estado adotado por Vargas desde a década de 1930; o crescimento do PTB diante de partidos como o PSD ao longo da segunda metade da década de 50 (especialmente após o suicídio de Vargas, em 1954) e as circunstâncias da presença de Jango nos governos constituídos – como Ministro do Trabalho de Vargas, em 1953-4, como vice-presidente no governo Kubitschek, em 1956-61, como vice-presidente eleito no brevíssimo governo de Jânio Quadros, iniciado em 1961. Após a renúncia no mesmo ano, exerceu a presidência primeiramente sob a solução parlamentarista que pretendia justamente diminuir seu poder e, após o plebiscito de 06 de janeiro de 1963, na plenitude de suas funções, até que o golpe de 1964 o afastasse do cargo.

Algumas questões são marcantes em relação a essa biografia. Uma delas é, sem dúvida, a relação com Vargas, que o conduziu de São Borja à política estadual (no Rio Grande do Sul) e depois nacional, abrindo caminho para o crescimento de Jango dentro do PTB e para sua eleição para a vice-presidência da República, em 1955, aos 36 anos de idade. As questões em torno da caracterização de Goulart como reformista, socialista, comunista, peronista, entre outras, são também importantes. Basta lembrar que as justificativas para o golpe de 1964 (com a ressalva de que setores da UDN e das Forças Armadas investiram em tentativas de golpe ao longo das décadas de 50 e 60 antes de sua consumação em 1964) tiveram como um de seus elementos a associação de Jango a um plano de implementação do socialismo ou do comunismo no Brasil, a um suposto golpe apoiado pela URSS e por Cuba. Na esfera pessoal, a ligação com o Rio Grande do Sul e a família de proprietários rurais e a ligação com as mulheres parecem ser as mais destacadas. O Jango “mulherengo”, presente, sobretudo, nas biografias mais recentes, ganha espaço, como se verá, também na imprensa.

Um dos momentos políticos mais destacados é, sem dúvida, o comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no auge da crise que levaria ao golpe. O discurso de Goulart, as reivindicações de políticos como Leonel Brizola e de lideranças sindicais, as faixas pedindo reformas aparecem, em muitos dos textos publicados na imprensa, como parte das discussões sobre as alianças e estratégias (julgadas como corretas e incorretas de perspectivas diversas em relação à própria crise) e são tema importante na literatura acadêmica. As relações de Goulart com os militares são também um tema bastante discutido. No comício, a defesa pública da reforma agrária, do voto para analfabetos, soldados, marinheiros, cabos e sargentos e da legalidade para o PCB orientaram parte da fala de Jango, assim como a defesa da reforma da Constituição, que não mais atenderia

“aos anseios do nosso povo”, sendo “antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já superada, injusta e desumana”⁵.

Nos principais veículos de imprensa, nos anos anteriores ao golpe, Jango é caracterizado como um demagogo, ora sem controle ou capacidade de conduzir o processo político, ora como um oportunista, ligado com maior ou menor aporte ideológico aos interesses sindicais, peronistas, soviéticos. Sobretudo nos anos de 1963 e início de 1964, quando a propaganda pró-golpe encontra-se em estágio avançado (conferir, por exemplo, os vídeos e publicações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o Ipês), a maior parte dos jornais de grande circulação faz oposição aberta a Goulart e anuncia o “caos” que serviria de justificativa mais imediata para o golpe. O *Correio da Manhã* é um exemplo. Depois de defender que Jango assumisse a Presidência, diante de estratégias golpistas que se anunciavam após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, passa, paulatinamente, a uma oposição cada vez mais agressiva, chegando aos famosos editoriais “Fora” e “Basta”, que pediam o afastamento de Goulart às vésperas do golpe⁶.

Ao longo do regime militar, o controle à imprensa fez de Jango uma figura sobre a qual era adequado silenciar (silêncio este que, como mostram pesquisas sobre o período, muitas vezes era parte das estratégias dos próprios veículos de imprensa para uma boa relação com o regime, e não o resultado, propriamente dito, de mecanismos explícitos de censura⁷). Com o enfraquecimento do regime e a mudança nas relações com a imprensa, que, no plano simbólico, passa a projetar para si um lugar privilegiado no processo de

⁵ “O povo tem que sentir a democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras. Quer participar da vida política do país, através do voto, poder votar e ser votado”. João Goulart, comício de 13 de março de 1964, citado por Villa (2004).

⁶ Para uma discussão de aspectos da atuação do *Correio da Manhã* nas décadas de 1950 e 1960, cf. Biroli (2003; 2004).

⁷ A esse respeito, cf. Kushnir (2004).

transição e no regime democrático que se constituiria⁸, Jango (re)aparece, em figurações refeitas.

Jango na imprensa: composição e consolidação de uma imagem

Em uma leitura inicial do material da pesquisa mais ampla sobre as representações de 1964 na imprensa, classificamos os textos pelo seu tema principal. Um desses temas é “João Goulart”. Assim, o material discutido a seguir é representativo dos discursos sobre Goulart na imprensa, no período analisado e no material coletado, mas não esgota as “citações” de Jango nesse mesmo material, uma vez que textos classificados como tendo outras temáticas como principais podem citar várias vezes e diferentemente Goulart. Dito isso, e estabelecido esse filtro metodológico, seguem algumas considerações iniciais sobre os textos⁹.

Na Tabela 1, pode-se observar a distribuição dos textos entre os diferentes veículos:

Tabela 1: Distribuição pelos jornais e revistas

Veículo	Nb. cit.	Fréq.
Veja	2	3,4%
Isto É	5	8,5%
Época	0	0,0%
Carta Capital	0	0,0%
Folha de S. Paulo	8	13,6%
O Estado de S. Paulo	8	13,6%
Jornal do Brasil	21	35,6%
Correio Braziliense	12	20,3%
O Globo	3	5,1%
TOTAL OBS.	59	100%

⁸ Para uma discussão a esse respeito, cf. Biroli (*op. cit.*).

⁹ Vale observar que, neste momento, discutimos as caracterizações de Goulart nos discursos, na imprensa, apenas por meio dos textos escritos e não das imagens (fotografias, caricaturas), que também poderiam oferecer um interessante material à discussão.

Do total de 59 textos, 22 foram publicados no ano de 1984, 1 no ano de 1985, 12 no ano de 1994 e 24 no de 2004.

Na Tabela 2, pode-se observar a distribuição por tipos de texto, segundo a classificação feita. Deles, 39 (aproximadamente 66%) são textos assinados – por jornalistas, mas também, no caso dos artigos, por personagens públicas vinculadas a Jango, à crise que precedeu o golpe e/ou ao próprio golpe.

Tabela 2: Tipos de texto

Tipo de texto	Nb. cit.	Fréq.
Reportagem	43	72,9%
Artigo	7	11,9%
Entrevista	6	10,2%
Nota	0	0,0%
Box	2	3,4%
Editorial	1	1,7%
TOTAL OBS.	59	100%

Vale observar que os textos tratam, predominantemente, da crise que levou à derrocada de Jango (fornecendo explicações, perspectivas, julgamentos sobre essa derrocada e, muitas vezes, explicações mais amplas sobre aquelas que teriam sido as causas do golpe de 64), de aspectos peculiares das ações e discursos de Jango no momento da crise, das alianças e enfrentamentos, da personalidade do ex-presidente. Testemunhos, artigos assinados e reportagens tratam predominantemente das temáticas citadas. Há também textos relacionados ao lançamento de um filme e um livro sobre Goulart: em 1984, o noticiário trata do filme *Jango*, de Sílvio Tendler; em 2004, do livro *Jango: um perfil (1945-64)*, de Marco Antonio Villa (2004).

A partir desse mapeamento inicial, podemos passar à discussão de alguns dos pontos abordados na análise da imagem de Jango na imprensa, nos períodos trabalhados. Para este

paper, fizemos a opção de apresentar as observações por meio de cortes cronológicos, inserindo as comparações entre os períodos sempre que se fazem possíveis e necessárias.

Caracterização de Jango: 1984¹⁰

Um dos aspectos observados pela análise, nos textos, foram os adjetivos e adjetivações (nesse caso, entendidos de maneira bastante ampla, como qualificações) atribuídos a Jango. A idéia, inicialmente, é de observar os traços mais gerais da caracterização do ex-presidente, dividindo os adjetivos/adjetivações em positivos, negativos e neutros. Esse valor não é parte do adjetivo/adjetivação de maneira isolada, mas remete a sua inserção em enunciados específicos, nos textos analisados.

Em 1984, os adjetivos/adjetivações presentes nos textos publicados na imprensa são os seguintes, divididos por sua carga positiva, negativa ou neutra (nos enunciados de que fazem parte nos textos):

Tabela 3: adjetivos/adjetivações em 1984

<u>Positivos</u>	<u>Negativos</u>	<u>Neutros</u>
sincero (em relação às reformas)	hesitante	simples
“herói trágico”	incompetente	
sensível	solitário	
capaz	latifundiário	
paciente	ladrão	
compreensivo (em relação aos valores democráticos)	indiferente	
generoso	amorfo	
solitário	marxista	
idealista	ingênuo	
amável	fraco (em oposição a “pulso forte” em relação às	

¹⁰ Como há apenas um texto com a temática principal “Jango” em 1985 (noticiário sobre a passagem do poder aos civis), e pela sua proximidade com os discursos presentes no material publicado um ano antes, em 1984, aos 20 anos do golpe, optamos por absorvê-lo à discussão sobre 1984 e, portanto, a este item.

	reformas)	
inofensivo	caudilho	
moderado	primário	
bonachão		
preparado		
coerente		
preocupado (em relação à justiça social)		
estadista		
lúcido		

Em todos os textos, observamos também se Goulart é ou não explicitamente vinculado a um “projeto”. Em 1984, em 45,5% ou 10 dos textos, o ex-presidente é vinculado às reformas (em alguns de maneira específica, a uma ou outra, como a reforma agrária, por exemplo, em outros de maneira ampla). Em 22, 7% ou 5 dos textos, está ligado a um projeto democrático (de ampliação ou manutenção da democracia no país). Em apenas 3 textos (ou 13,5% dos textos publicados no período), Goulart é vinculado à implementação de um regime comunista, de uma ditadura de esquerda e a um projeto de golpe contra a democracia. Aqui, como nos adjetivos/adjetivações, pode-se observar a predominância de julgamentos de caráter positivo, ainda que estejamos nos marcos do regime ditatorial – enfraquecido, certamente, mas em um momento em que alianças e delimitações do processo de transição definiriam muitos dos contornos do regime democrático que se implementaria a partir da Constituição de 1988.

De modo semelhante, quando observamos nos textos especificamente a vinculação de Goulart a um suposto golpe, são bastante pontuais as citações. Estão presentes em apenas três textos, nos quais predominam adjetivos/adjetivações de caráter negativo e, em um deles, explicitamente, a vinculação de Goulart à “implantação de uma ditadura de esquerda”. Vale observar os enunciados a esse respeito: caracterizado em um dos textos

como um governante que “não sabia governar com o Congresso”, em outro, há uma observação de que Goulart implementaria as “reformas de base” por “decreto” ou “na marra, caso o Congresso não as votasse”, o que, em um terceiro texto, é definido como uma situação de “iminência de um golpe palaciano de esquerda”.

Em um mesmo texto, ou em um conjunto de textos publicados no mesmo veículo, estão presentes referências ambíguas ou discordantes em relação a Goulart. O seguinte trecho de uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 04/04/1984 é representativo do que acabamos de dizer: “Não era dado à cultura, não lia um livro há muitos meses. Gostava de política, como gostava do poder. Preocupava-se com os pobres, tornando-se cada vez mais rico. Mas sua disposição de fazer as reformas de base era sincera”.

Trata-se, assim, de um campo de discursos não homogêneos e conflituosos que, tomado em conjunto, tende a uma caracterização positiva de Goulart, na mesma medida em que o noticiário, já a partir de 1984, caracteriza, predominantemente, de maneira negativa o golpe desfechado por civis e militares em 1964. Assim como a democracia que surgia com o enfraquecimento do regime, Goulart vai sendo caracterizado como um “outro” do golpe e da ditadura.

Vale lembrar que uma posição crítica em relação ao golpe, e mesmo em relação a aspectos da ditadura, não significou, nesse momento, uma posição crítica por parte dos veículos de imprensa em relação a aspectos do processo de transição, sobretudo à chamada “transição pactuada”¹¹, ou mesmo, em alguns casos, à sua atuação em 1964 e ao longo do regime. Como pudemos observar a partir de outros recortes temáticos no mesmo material

¹¹ Para algumas abordagens a esse respeito, cf. Kinzo (2001), O'Donnel (1988) e Reis e Cheibub (1993).

de pesquisa, a posição em relação à campanha pelas diretas, por exemplo, é, em alguns veículos e a partir de um certo momento, de apoio aberto, o que não significa uma discussão ampla sobre as formas de permanência que marcariam a democracia eleitoral. Esse mesmo movimento, que instaura “cortes” ao mesmo tempo em que não permite tematizar e analisar de maneira complexa as permanências, constitui os fluxos de memória sobre o golpe e a ditadura.

Caracterização de Jango: 1994

O material de 1994 é reduzido em relação ao conjunto de textos de 1984 (e aos que compõem essa temática em 2004). Nesse momento, jornais e revistas atribuem menor espaço e relevância às correlações entre golpe, ditadura e democracia, sobretudo se narradas ou explicadas pelo recurso a personalidades políticas, às suas ações e aos conflitos que marcaram a crise de 1964. Os discursos que se materializam seguem, no entanto, os mesmos padrões de não-homogeneidade e, ao mesmo tempo, um leve predomínio de caracterizações que podem ser consideradas positivas.

É importante observar que também em outros recortes feitos no âmbito da pesquisa mais ampla de que faz parte este trabalho, observa-se uma menor ênfase, em 1994, ao debate que poderia ser considerado propriamente político. Nesse momento, os discursos em jornais e revistas parecem estar focados, sobretudo, em questões econômicas: a avaliação do regime aparece ligada à noção de desenvolvimento e a um julgamento em relação ao modelo econômico implementado, freqüentemente vinculado a um “balizamento” das escolhas feitas, ou que viriam a ser feitas, ao longo da década de 1990, em relação à política

econômica e ao papel do Estado¹². Daí o relativo enfraquecimento de temáticas como a de que tratamos aqui.

Vale observar, ainda assim, os padrões discursivos assumidos, de modo semelhante ao que fizemos em relação a 1984.

Começamos pelos adjetivos/adjetivações:

Tabela 4: Adjetivos/adjetivações em 1994

<u>Positivos</u>	<u>Negativos</u>	<u>Neutros</u>
preocupado	desinformado	triste
digno	inábil	
discreto	desencaminhado (pelas “más influências”)	
ajuizado	apático	
cordial	sem determinação	
plácido	inexperiente	
tímido	sem energia (para sufocar a conspiração)	
esperto	frágil	
	despreparado (“para exercer a Presidência da República”)	
	manipulador	

No que se refere à vinculação de Jango a “projetos”, como em 1994, aparece vinculado predominantemente às reformas (em 50% dos textos) e à democracia (em aproximadamente 17% dos textos). A não-homogeneidade dos discursos aparece aqui, como antes, marcada pela vinculação de Jango a um golpe contra a democracia e ao comunismo. Em uma entrevista dada por José Serra à *Folha de S. Paulo* em 27/03/1994, aparece a hipótese, aventada à época segundo Serra, de que Jango estivesse preparando “um golpe do estilo do Estado Novo”, em uma referência à relação entre a carreira de

¹² É essa a ênfase da monografia defendida por Hartz (2006), originada da mesma pesquisa.

Goulart, o varguismo e o golpe de 1937.

Nos contornos desse conjunto específico do noticiário publicado aos 30 anos do golpe, é possível, ainda, que Jarbas Passarinho, em artigo publicado no *Correio Brasiliense* em 31/03/1994, fale em “contragolpe” e explicita: “é estranho que os marxistas-leninistas nos chamem de ditadores. E eles, eram o que?”. Essa posição de um partícipe do regime é correspondente àquela assumida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no editorial “30 anos depois”, publicado em 31/03/1994. No texto, 1964 é definido como uma “contra-revolução” e, para tanto, é central a caracterização de Goulart não apenas como favorável às reformas de base, mas a reformas que abririam o caminho “para a implantação de uma República Sindicalista no País, com o apoio ostensivo do governo castrista”. O golpe é justificado – no comício da Central, em 13 de março de 1964, “a sociedade se deu conta da iminência dos perigos que corria”, diz o editorial – e salvo por um outro corte, construindo 1968 como um “desvio autoritário”. Nos dois casos, o de Passarinho e o do jornal *O Estado de S. Paulo*, trata-se de salvar a própria imagem pelo recurso ao fortalecimento de memórias favoráveis ao golpe e, em alguns aspectos, à própria ditadura¹³.

De maneira geral, no entanto, há uma ênfase no reformismo e não em um suposto golpe na caracterização de Goulart. A ligação com Vargas feita em um artigo assinado por Eduardo Chauyi¹⁴, publicado no *Correio Braziliense* em 25/03/1994, é mais representativa do que predomina nesse material: Jango é visto como “o homem que continuaria o projeto varguista de reforma do Brasil”. A ênfase neste artigo é, no entanto, bastante oposta à da

¹³ É interessante observar que o jornal se arroga o papel de fazer uma análise justa de 1964 “com a autoridade de quem sofreu a censura e teve sua sede atingida duas vezes por petardos criminosos”. Como mostramos em Biroli (2006), sobretudo no noticiário de 2004, quando não era mais possível cultivar uma ligação do jornal com o golpe – pelos custos à imagem de um jornalismo que constrói cujo *ethos* se faz da vinculação a uma noção abstrata e ampla de democracia –, o *Estado* passa a ressaltar a censura sofrida para construir-se como um “outro” do regime que ajudou a criar e apoiou.

¹⁴ Então deputado estadual pelo PDT-RJ, ex-membro do gabinete militar do governo João Goulart.

entrevista antes citada. Surge aqui, aliada à figura de Jango, a imagem de um Brasil que teria dado certo e foi interrompido, em um discurso que defende, claramente, não apenas a figura de Jango mas um conjunto de projetos e alianças feitas à época. Nessa operação, há também um reforço a uma memória laudatória em relação a Vargas, hegemônica até os dias atuais, ainda que não seja hegemônica a própria vinculação entre Vargas, Jango e um projeto de Brasil. No caso desse texto, a vinculação estrutura os discursos a ponto de estarem relacionados o suicídio de Vargas e a queda de Goulart, fixando uma interpretação:

“O golpe de 1964 foi executado por um conjunto imbatível de forças, monitoradas pela CIA e pelo Pentágono e agrupando, no Brasil, toda sorte de interesse espúrio. Empresários, banqueiros, latifundiários, políticos golpistas (...), agentes infiltrados pelas Forças Armadas, todos atuavam em sintonia, com o propósito de depor o presidente”.

Um artigo assinado por Maria Tereza Goulart, no *Jornal do Brasil* no mesmo período (25/03/1994), traz um conjunto de discursos semelhantes, que podem ser representados por esse enunciado: “A queda de João Goulart foi a queda de todos nós, de um Brasil que acreditava no seu presente e que sabia que o futuro não pode ser um alvo eternamente inalcançável”.

Ressaltamos, novamente, a não-homogeneidade dos discursos e passamos ao material de 2004.

Caracterização de Jango: 2004

O material publicado na imprensa no ano de 2004 é, certamente, o mais amplo – e, em certa medida, o mais rico – da pesquisa. Muitos de seus aspectos ainda estão sendo analisados, ou serão ao longo dos próximos meses. Nesse material, há a predominância clara de um julgamento mais crítico em relação à ditadura (inclusive em relação à própria

atuação da imprensa, como mostramos em artigo anterior), com ênfase para a violência do regime e com a construção de um contraponto entre ditadura e democracia que, ao mesmo tempo, contém a crítica indicada e esvazia e enfraquece possibilidades de lidar criticamente com a transição e o regime democrático que se constitui a partir da segunda metade da década de 80.

Nos discursos presentes na imprensa em 2004, a não-homogeneidade constatada anteriormente existe, assim como uma caracterização predominantemente positiva. Mas é importante considerar as marcas de uma avaliação negativa de Jango, baseada em *características pessoais* que se teriam revelado durante a crise e depois, em pesquisas biográficas realizadas.

Vamos aos adjetivos/adjetivações.

Tabela 5: adjetivos/adjetivações em 2004

<u>Positiva</u>	<u>Negativa</u>	<u>Neutra</u>
Forte (“se fosse fraco, não teria caído”)	Esquerdizado (pelos adversários)	abatido
Democrata	inexperiente	
Conciliador	banana	
Carinhoso (como pai)	fraco	
Talentoso (como empresário)	Vermelho	
lúcido	Marionete (de Brizola)	
justo	Inimigo comunista	
sensato	Belo Antônio	
inteligente	Joãozinho-Boa Pinta	
arguto	agente comunista	
Amigo (dos trabalhadores)	peronista tropical	
Talentoso (em relação a “agradar às massas e aos sindicalistas”)	idealista deposto pelos gorilas	
	presidente banana	
	Conciliador (em oposição a defensor das reformas)	
	incapaz	

	Afásico político	
	Sindicalista á Peron	
	esquerdista	
	recalcitrante	
	despreparado	
	mulherengo	
	analfabeto	
	Lacônico	
	Pró-comunista	

Mesmo com essa presença mais forte do que nos períodos anteriores de caracterizações negativas de Jango ligadas a sua personalidade, 58% (ou 14) dos textos o vinculam às reformas e cerca de 17% (ou 4) o vinculam à democracia.

Mas as marcas das caracterizações negativas ampliam a percepção de um Jango “mulherengo”, filho de um rico estancieiro e que teria caído de pára-quadras na política, pelas mãos de Getúlio Vargas, de cuja amizade teria nascido a carreira de Jango. Nesse sentido, caracterizações como “dono de latifúndios no Rio Grande do Sul, mais afeito aos abraços de coristas e parceiros de noitadas que aos braços de eleitores” ou “tinha tanta vocação para socialista quanto o mais ortodoxo dos estancieiros”, presentes em reportagem assinada por Augusto Nunes, no *Jornal do Brasil* (11/04/2004), convivem, nos discursos na imprensa nesse período, com a visão de um Jango reformista, sem ambições pessoais, “avesso ao estilo autoritário”, que se teria colocado “ao lado dos trabalhadores” (vale conferir, por exemplo, o artigo de Roberto Saturnino Braga, no mesmo *Jornal do Brasil*, em 03/14/2004).

Mesmo em relação ao golpe, que não conseguiu evitar, tendo sido acusado inúmeras vezes, inclusive por aliados como Leonel Brizola, de ceder sem luta, alternam-se as caracterizações que dão relevância a uma suposta inabilidade e despreparo e aquelas que denunciam a utilização de Jango como um pretexto e o avaliam positivamente por ter tido

“a lucidez de perceber que não adiantaria atacar” o grupo que desfechou o golpe, “a grandeza de evitar que houvesse mortes”, como na caracterização presente em entrevista concedida por Zuenir Ventura ao *Jornal do Brasil*, publicada em 27/03/2004.

As menções ao golpismo são poucas, como antes, mas trazem uma variável diferente das dos períodos anteriores. Se Jango ainda aparece (em um texto apenas) como portador de um plano golpista de implementação de “uma república sindical no Brasil, nos moldes das de Cuba ou União Soviética”, em outras há uma interpretação marcada pela idéia de que o golpe se preparava dos dois lados, mais enfática do que nos períodos anteriores. Os enunciados a seguir são representativos: “ambos os lados em confronto, por temer o golpe adversário, preparavam seu próprio golpe” (no artigo já citado de Roberto Saturnino Braga, publicado no *JB*), “o que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe” (em entrevista de Marco Antonio Villa à *Folha de S. Paulo*, publicada em 13/03/2004)¹⁵.

Algumas considerações finais

Assim, se, de maneira geral, predomina uma caracterização de Jango que faz parte das tessituras de uma memória que o valoriza, na medida em que o constrói não como um derrotado, mas como um contraponto a um golpe e a uma ditadura vistos como “passado” julgado e avaliado pelos seus erros e, em 2004, pela violência e obstacularização da democracia, somos enfáticos no que se refere ao caráter conflituoso e não-homogêneo dessa caracterização e dos fluxos de memória de que faz parte.

Uma observação quantitativa de dois aspectos do material geral (englobando 84, 94 e

¹⁵ A esse respeito, cf. Ridenti (2004).

2004) indica um viés predominantemente positivo.

Em relação à vinculação ou não de Jango a um “projeto”, temos 66,1% de respostas positivas, ou 39 textos. Nos outros 33,9%, ou 20 textos, essa vinculação não se dá. Vale observar que essa vinculação a um “projeto” funciona, em diversos momentos, como um contraponto, nos discursos, a uma ênfase em características pessoais muitas vezes negativas, sobretudo no material de 2004.

Nos textos em que essa vinculação acontece, Jango é relacionado predominantemente às reformas (52,5% ou 31 textos) e a um projeto de manutenção ou ampliação da democracia em curso (18,6% ou 11 textos). Em apenas 15,3% (ou 9 textos), o ex-presidente é vinculado explicitamente a um golpe contra a democracia vigente.

Um outro ponto relevante no material é a desvinculação de Goulart em relação ao marxismo, ao socialismo ou a uma perspectiva revolucionária, consoante com a afirmação de um caráter reformista de suas ações e convicções. Em alguns momentos, aparece de forma negativa e irônica – como no já citado “tinha tanta vocação de socialista quanto o mais ortodoxo estancieiro”, ou na seguinte afirmação de Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil à época do golpe, em reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em 27/03/1994: “Nunca achei que ele fosse comunista nem que alguma vez tivesse lido Marx. Ele me lembrava um chefe político americano, como o ex-prefeito de Chicago, Richard Daley”.

Em outros textos, como já se viu, o “homem que continuaria o projeto varguista de reforma do Brasil” é caracterizado positivamente como alguém afastado das trilhas revolucionárias, o que significa deslocá-lo em relação aos ataques do início da década de 60 e do próprio regime do pós-64, que procuraram vinculá-lo à União Soviética e a Cuba.

Vários outros pontos poderiam ser abordados, ficando de fora dos limites deste *paper*.

Um deles é a caracterização das causas do golpe no material reunido sob o tema “João Goulart”. Pensamos que este *paper* indica, apenas, a riqueza do material trabalhado e das análises que permite.

Retomamos, brevemente, a questão teórica colocada inicialmente, por meio da qual assumimos a definição do jornalismo como um dispositivo de memória. Como definimos antes, o jornalismo seria um dispositivo de produção de discursos que constituem imagens na medida em que configuram relações entre passado e presente e figuram o próprio tempo, em uma dinâmica de *reorganização de discursos prévios*. Essa configuração e figuração (temporal) e essa reorganização de discursos prévios aparece nos apontamentos feitos nesse *paper*, no que se refere à caracterização de Jango nos discursos na imprensa, no período analisado.

Mais do que padrões ou respostas fechadas sobre as memórias constituídas, procuramos discutir alguns dos mecanismos de construção da imagem de Goulart e as disputas e conflitos que constituem os fios dessas memórias nos discursos na imprensa.

Referências bibliográficas

- BIROLI, Flávia. “O golpe de 1964 e a ditadura na mídia, da transição aos dias atuais: sentidos e silenciamentos”. Anais do 3º Congresso Latino-Americano de Ciência Política – Democracia e Desigualdades. Unicamp, Campinas, SP, setembro de 2006; 25 páginas.
- _____. “Jornalismo, democracia e golpe”. *Revista de Sociologia e Política*. Dossiê Mídia e Política. Curitiba, v.22, pp.87-99, 2004.
- _____. *Com a corrente – modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese de doutorado em História. Unicamp, IFCH, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. RJ, Bertrand Brasil, 2001. Capítulos IV, V e VI; pp. 157-300.
- CASTORIADIS, Cornelius (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. RJ, Paz e Terra.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (2004). “1964: temporalidade e interpretações”. RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru, SP, Edusc; pp. 15-28.
- FICO, Carlos (2004a). “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista brasileira de história*. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-64). Vol.24, n.47; pp. 29-60.
- _____. (2004b). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. RJ,

Record.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. SP, Ed. Loyola, 1996.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HARTZ, Manoela. *30 anos depois – O golpe de 1964 e a ditadura militar na imprensa brasileira, no ano de 1994*. Monografia de Conclusão da Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, UnB. Orientadora Profa. Flávia Biroli. Defendida em 17/07/2006.

KINZO, Maria D’Alva G.. “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n.4, dezembro de 2001; pp. 3-12.

KUSHNIR, Beatriz. (2004), *Cães de guarda: jornalistas e censores*. SP, Boitempo ed.

O’DONNEL, Guillermo. “Transição, continuidades e alguns paradoxos”. “Hiatos, instituições e perspectivas democráticas”. In: O’DONNEL, Guillermo; REIS, Fábio Wanderley (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. SP, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988; pp. 41-71.

REIS, Elisa P. & CHEIBUB, Zairo. B. “Pobreza, desigualdade e consolidação democrática”. *Dados*, RJ, v. 36, n. 2, 1993; p. 233-260.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores”. RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru, SP, Edusc, 2004; pp. 53-66.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-64)*. SP, Globo, 2004.